



# AES TIETÊ S.A.

CNPJ/MF nº 02.998.609/0001-27 – NIRE nº 35300170555 – Companhia Aberta

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### Senhores Acionistas,

A Administração da AES Tietê S.A., nova razão social da Companhia de Geração de Energia Elétrica Tietê, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Contábeis e o Parecer dos Auditores Independentes correspondentes ao exercício social de 2001, assim como os relatórios das principais atividades desenvolvidas pela Companhia no exercício.

### PRINCÍPIOS

Seguindo, os princípios da AES, quais sejam, agir com integridade, ser justa, socialmente responsável e criar um ambiente de trabalho estimulante e agradável, a AES Tietê tem por objetivo gerar energia elétrica de forma segura, limpa e confiável, sempre visando a excelência operacional, a satisfação de seus consumidores diretos e indiretos, de seu pessoal e de seus acionistas.

### CENÁRIO ECONÔMICO

Durante o ano de 2001, a economia brasileira foi muito afetada por fatores ocorridos no cenário econômico nacional e internacional. As crises financeiras não só da Argentina, um dos nossos principais parceiros no Mercosul, como também dos Estados Unidos, fortemente agravada pelos atentados terroristas ocorridos em 11 de setembro, num primeiro instante se traduziu em fortes oscilações no câmbio e elevação nas taxas de juros. A escassez de energia decorrente do descompasso entre o crescimento da demanda e da oferta de energia culminou no programa de racionamento decretado pelo Governo Federal a partir de junho de 2001, resultando em significativa redução no produto interno bruto.

O racionamento de energia foi à única medida viável, para se assegurar condições de recuperação dos níveis dos reservatórios das usinas hidráulicas de todo o sistema interligado nacional; entretanto, embora minimizado o risco operacional com a medida de contenção do consumo, restaram inúmeras e grandes dificuldades no faturamento de energia entre empresas geradoras e distribuidoras, devido aos elevados preços verificados no mercado atacadista de energia (MAE) e às obrigações contratuais em vigor.

Não obstante todas as dificuldades, a habilidade da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica em proporcionar uma solução para o racionamento e em propor novas medidas para permitir regras claras, levaram a uma maior confiança dos investidores, e poderá levar a um aumento dos investimentos no país. Assim sendo, a economia brasileira assimilou de forma satisfatória os impactos das crises nacional e internacional, sendo que graças à eficiência da política econômica adotada pelo Governo, refletida no câmbio flutuante e no controle da inflação, foi possível visualizar ao final do ano, um processo de recuperação econômica, espelhado inclusive na balança comercial que registrou seu primeiro saldo positivo anual desde a implantação do plano real em 1994.

### AS USINAS

As Usinas da AES Tietê, além de geração de energia elétrica, permitem o controle de cheias, o desenvolvimento da piscicultura e de atividades de recreação, dentre outros usos, sendo que as usinas localizadas no Rio Tietê propiciam ainda, as navegações hidroviárias, fomentando o transporte aquaviário de cargas e o turismo no Estado de São Paulo. No ano de 2001,

como parte das obrigações assumidas no ato da privatização de seu controle acionário, a Tietê investiu R\$ 6,3 milhões em obras no sistema hidroviário, R\$ 4,7 milhões na modernização das eclusas, com a implantação entre outras benfeitorias de um moderno sistema antiincêndio, garantindo maior segurança e confiabilidade para a navegação, além da contribuição anual em torno de R\$ 1,2 milhão para o Órgão Gestor da Hidrovia.

A AES Tietê vem ainda efetuando investimentos na modernização de suas unidades geradoras, tendo despendido R\$ 13,2 milhões nessas obras em 2001, assim como adquiriu os direitos para a exploração da pequena central hidroelétrica denominada Carrapatos, localizada no Rio Pardo, com potência estimada de 22 MW, tendo já obtido a transferência pela Aneel, da respectiva autorização.

### ASPECTOS COMERCIAIS

A AES Tietê está classificada junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel como Produtor Independente de Energia, operando dez usinas hidroelétricas com uma capacidade total instalada de 2.651 MW.

Uma das grandes dificuldades enfrentadas pelo setor elétrico durante o ano de 2001, foi a crise gerada quando da escassez de energia, que impôs a população uma redução mínima de 20% do seu consumo médio. Tal racionamento levou a dificuldades de interpretação e aplicação das regras contratuais em situação de racionamento de energia, especialmente as regras dispostas no Anexo V dos Contratos Iniciais de Venda de Energia, firmados com as empresas distribuidoras. As discussões sobre estas questões contratuais mobilizaram os agentes de Geração e Distribuição na busca de soluções junto à Câmara de Gestão da Crise, que teve participação importante no processo de negociação entre os agentes e o governo, permitindo o consenso entre as partes e um importante acordo para solução dos problemas advindos da crise.

A Companhia encontra-se ainda confiante nas propostas recentemente anunciadas a título do Programa de Revitalização do Setor Elétrico Brasileiro, pela Câmara de Gestão da Crise, que certamente culminarão em regras mais claras, no aumento da competitividade e na retomada de novos investimentos no setor.

### MEIO AMBIENTE E RESPONSABILIDADE SOCIAL

A geração de energia limpa faz parte dos valores da AES Tietê e desta forma a empresa investiu neste exercício, R\$ 4,1 milhões em Meio Ambiente, visando adequar-nos aos padrões internacionais mais rígidos de proteção e respeito ambiental.

Destarte efetuar reflorestamento ciliar, com a plantação de 1 milhão de mudas/ano e a promover o repovoamento de reservatórios e rios, com 2,5 milhões de alevinos/ano, em 2001 iniciamos a implantação de um Sistema de Gestão Ambiental, que nos permitirá atuar de forma integrada com a comunidade no entorno dos reservatórios, Ongs, Poder Público e Secretaria Estadual do Meio Ambiente, em função de promover uma total adequação dos programas hoje desenvolvidos pela empresa.

No âmbito social, ciente da nossa responsabilidade, estamos desenvolvendo atividades junto ao Instituto Criança Cidadã, creches, asilos e comunidades carentes, sendo que na área cultural, custeamos de forma parcial a Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo.

### BALANÇO E RESULTADOS

Durante os doze meses de operação em 2001, a AES Tietê obteve uma receita operacional bruta de R\$ 765,4 milhões, provenientes da venda de energia própria, de energia livre adquirida no mercado atacadista de energia (MAE) e de venda de energia de Itaipu. Os custos com energia comprada para revenda, incluindo encargos de conexão totalizaram R\$ 272,8 milhões, representando 36% da receita bruta. Outras despesas operacionais significativas são compostas por encargos do setor, como a compensação financeira para utilização de recursos hídricos que totalizou R\$ 18,0 milhões e despesas de pessoal no total de R\$ 16,7 milhões. A margem operacional bruta da empresa em 2001 foi de 47%.

As despesas financeiras e variações monetárias líquidas totalizaram R\$ 123,1 milhões e R\$ 128,9 milhões, respectivamente, provenientes, principalmente, da dívida com a Eletrobrás, que ao final do exercício apresentava saldo de R\$ 1.218 milhões e que tem como indexador o Índice Geral de Preço de Mercado – IGPM.

Em decorrência do Programa Emergencial de Racionamento decretado pelo Governo Federal a partir de junho de 2001, foram aplicados os dispositivos constantes do Anexo V dos contratos iniciais de compra de energia elétrica, que prevêm os encargos a serem assumidos em função da redução dos volumes de energia contratada em situação hidrológica crítica. Nessa situação, as geradoras pagariam às distribuidoras um valor equivalente à recompra de parte da energia fornecida ao preço de mercado. A AES Tietê registrou em suas demonstrações contábeis, os efeitos do racionamento de energia, com base em informações disponibilizadas pela Administradora de Serviços do Mercado Atacadista de Energia – ASMAE.

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2001, todavia, estão refletindo os ajustes decorrentes das medidas estabelecidas na Medida Provisória nº 14 de 21 de dezembro de 2001, na Resolução nº 91 da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – CGCE da mesma data e na Resolução Aneel nº 72 de 7 de fevereiro de 2002, que resultaram na apuração de um lucro líquido de R\$ 76,9 milhões.

A empresa iniciou em dezembro de 2001, o pagamento de Juros sobre o Capital Próprio aos seus acionistas, no montante de R\$ 40,5 milhões. A Administração da companhia irá propor a distribuição do resultado remanescente do ano de 2001, no montante de 66 milhões, que inclui a Reserva de Retenção de Lucros constituída nas Demonstrações Contábeis de 2000.

### AGRADECIMENTOS

Muitos desafios ainda estão por vir, entretanto, estamos certos de que a AES Tietê tem toda a vocação para se tornar uma empresa mais competitiva dentro do novo modelo regulatório do setor energético brasileiro, seguindo os valores e princípios do Grupo AES, e fazendo parte de uma estratégia de desenvolvimento integrado no Brasil.

Nossos agradecimentos ao nosso pessoal, que continua a contribuir para nosso sucesso, alcançando a marca de nenhum acidente de trabalho com afastamento, aos nossos Acionistas, pela confiança depositada em nossa empresa, além de nossos clientes, fornecedores e prestadores de serviços que gradativamente vêm se adaptando ao jeito "AES" de fazer negócios.

Administração da AES Tietê S.A.

### BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E DE 2000 (Em milhares de reais – R\$)

ATIVO	2001	2000	PASSIVO	2001	2000
<b>CIRCULANTE</b>			<b>CIRCULANTE</b>		
Caixa e bancos	2.156	2.377	Fornecedores	246.349	13.678
Aplicações financeiras	171.957	158.432	Folha de pagamento	3.310	3.274
Revededores	190.563	57.598	Tributos e contribuições sociais	7.158	2.912
Contas a receber de partes relacionadas	19.038	20.259	Obrigações com a Fundação CESP	4.087	2.462
Tributos e contribuições sociais	22.822	11.709	Empréstimos, financiamentos e debêntures	58.228	155.377
Tributos a recuperar	22.153	20.864	Encargos de dívidas	5.057	11.750
Almoxarifado	1.059	1.093	Obrigações estimadas	12.268	8.949
Outros créditos	5.782	1.440	Dividendos propostos	74.768	11.278
Despesas pagas antecipadamente		226	Encargos do consumidor a recolher	3.846	3.592
<b>Total do circulante</b>	<b>435.530</b>	<b>273.998</b>	<b>Total do circulante</b>	<b>415.071</b>	<b>213.272</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>			<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>		
Revededores	104.693		Empréstimos e financiamentos	1.155.151	1.101.051
Tributos e contribuições sociais diferidos	90.457	87.590	Obrigações com a Fundação CESP	29.286	32.959
Tributos a recuperar	210.205	232.352	Provisões para litígios e contingências	26.084	16.163
Cauções e depósitos vinculados	15.211	8.548	Obrigações estimadas	16.429	24.638
<b>Total do realizável a longo prazo</b>	<b>420.566</b>	<b>328.490</b>	Subtotal	1.226.950	1.174.811
<b>PERMANENTE</b>			Obrigações especiais	4.781	4.781
Investimento	1.798		<b>Total do exigível a longo prazo</b>	<b>1.231.731</b>	<b>1.179.592</b>
Imobilizado – líquido	1.444.706	1.486.406	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
Diferido	12.227	1.984	Capital social	100.001	100.001
<b>Total do permanente</b>	<b>1.458.731</b>	<b>1.488.390</b>	Reservas de capital	561.803	561.803
			Reservas de lucros	6.221	36.210
			Lucros acumulados		
			<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>668.025</b>	<b>698.014</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>2.314.827</b>	<b>2.090.878</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>2.314.827</b>	<b>2.090.878</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E DE 2000 (Em milhares de reais – R\$)

	Capital social subscrito e integralizado	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
<b>SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2000</b>	<b>100.001</b>	<b>295.063</b>		<b>(5.515)</b>	<b>389.549</b>
Incorporação do acervo líquido da AES Gás Empreendimentos Ltda.		266.740			266.740
Lucro líquido do exercício				53.003	53.003
Proposta para destinação do lucro:					
Constituição de reserva legal			2.374	(2.374)	
Constituição de reserva para retenção de lucros			33.836	(33.836)	
Distribuição de dividendos				(11.278)	(11.278)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000</b>	<b>100.001</b>	<b>561.803</b>	<b>36.210</b>		<b>698.014</b>
Lucro líquido do exercício				76.950	76.950
Proposta para destinação do lucro:					
Constituição de reserva legal			3.847	(3.847)	
Reversão de reserva para retenção de lucros			(33.836)	33.836	
Juros sobre capital próprio				(40.500)	(40.500)
Distribuição de dividendos				(66.439)	(66.439)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001</b>	<b>100.001</b>	<b>561.803</b>	<b>6.221</b>		<b>668.025</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E DE 2000 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto lucro por ação)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A AES Tietê S.A. (Tietê), companhia de capital aberto, está autorizada a operar como concessionária de uso do bem público na produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente de Energia, e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, tendo o contrato de concessão assinado em 20 de dezembro de 1999, com prazo de duração de 30 anos.

O início das operações da Tietê ocorreu em 1 de abril de 1999, após processo de cisão da CESP.

O parque gerador da Tietê está composto pelas seguintes usinas:

Usina	Ano de conclusão	Quantidade de turbinas	Capacidade instalada MW	Energia garantida MW médios
Barra Bonita	1964	4	141	42
Bariri	1969	3	143	63
Ibitinga	1969	3	132	73
Promissão	1977	3	264	97
Nova Avanhandava	1985	3	347	139
Água Vermelha	1979	6	1.396	836
Caconde	1966	2	80	36
Euclides da Cunha	1960	4	109	52
Limoeiro	1958	2	32	15
Mogi Guaçu	1994	2	7	4
<b>Total</b>		<b>32</b>	<b>2.651</b>	<b>1.357</b>

#### 2. REESTRUTURAÇÃO SOCIETÁRIA

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30 de março de 2000, foi aprovada a reestruturação societária envolvendo a Tietê, a AES Tietê Empreendimentos Ltda. e a AES Gás Empreendimentos Ltda. (AES Gás). A Aneel autorizou essa reestruturação através da Resolução Aneel nº 544, de 14 de dezembro de 2000.

Essa reestruturação societária teve por objetivo permitir o aproveitamento do benefício fiscal na Tietê, no montante de R\$ 266.740, relativo ao ágio pago pela AES Tietê Empreendimentos Ltda., quando da privatização, e incluiu as seguintes fases:

a) Aporte de capital da AES Tietê Empreendimentos Ltda. em uma empresa veículo, a AES Gás, com a conferência de ativos no montante de R\$ 956.256, representados pelo valor do investimento original acrescido do resultado acumulado da equivalência patrimonial (R\$ 147.953) e do ágio pago (R\$ 808.303) na aquisição dessa participação acionária na Tietê quando da sua privatização.

b) Constituição na AES Gás de provisão no montante de R\$ 541.563 correspondente à diferença entre o valor do ágio pago (R\$ 808.303) e o valor do benefício fiscal (R\$ 266.740).

c) Incorporação pela Tietê do acervo líquido da AES Gás, no montante de R\$ 266.740, representado pelo valor do benefício fiscal anteriormente mencionado, o qual, de acordo com o requerido na Instrução CVM nº 319, foi registrado em contrapartida da conta de reserva especial de ágio na incorporação, constante do patrimônio líquido. O montante do ágio absorvido pela Tietê, em razão da incorporação, teve como fundamento econômico a expectativa de resultados futuros e está sendo amortizado no prazo máximo de 10 (dez) anos, de acordo com a projeção dos resultados futuros elaborada por consultores externos por ocasião da aquisição das ações pela AES Tietê Empreendimentos Ltda.

De acordo com o requerido na Instrução CVM nº 349, para fins de apresentação das demonstrações contábeis, o valor líquido correspondente ao benefício fiscal, acima descrito, está sendo apresentado no ativo circulante e no realizável a longo prazo, na rubrica tributos a recuperar, conforme a expectativa de sua realização. Em virtude de a amortização do ágio, provisão e respectivo benefício fiscal não produzirem efeitos no resultado do exercício, tais valores foram reclassificados na demonstração do resultado para fins de apresentação.

### DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E DE 2000 (Em milhares de reais – R\$)

	2001	2000
<b>RECEITA OPERACIONAL</b>		
Suprimento e transporte de energia	764.574	521.978
Outras receitas	831	368
<b>Total da receita operacional bruta</b>	<b>765.405</b>	<b>522.346</b>
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL (PIS E COFINS)</b>	<b>(27.106)</b>	<b>(19.807)</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>738.299</b>	<b>502.539</b>
<b>DESPESA OPERACIONAL</b>		
Pessoal	(16.667)	(22.063)
Material	(3.001)	(4.872)
Serviço de terceiro	(20.856)	(23.315)
Compensação financeira para utilização de recursos hídricos	(18.007)	(16.201)
Energia elétrica comprada para revenda, encargos de conexão e energia livre	(272.805)	(31.470)
Depreciação	(62.843)	(62.888)
Provisões operacionais	(6.920)	(2.371)
Outras despesas	(15.455)	(18.022)
<b>Total da despesa operacional</b>	<b>(416.554)</b>	<b>(181.202)</b>
<b>RESULTADO DO SERVIÇO</b>	<b>321.745</b>	<b>321.337</b>
<b>RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA</b>		
Receita	28.382	19.692
Despesa	(123.054)	(131.502)
Variações monetárias/cambiais – líquidas	(128.935)	(115.855)
<b>Total</b>	<b>(223.607)</b>	<b>(227.665)</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>98.138</b>	<b>93.672</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>		
Receita	803	1.004
Despesa	(3.210)	(988)
<b>Total</b>	<b>(2.407)</b>	<b>16</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS</b>	<b>95.731</b>	<b>93.688</b>
<b>TRIBUTOS:</b>		
Contribuição social diferida	(4.971)	(17.237)
Imposto de renda diferido	(13.810)	(23.448)
<b>Total</b>	<b>(18.781)</b>	<b>(40.685)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>76.950</b>	<b>53.003</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES – EM R\$</b>	<b>0,82</b>	<b>0,57</b>

(\*) Exceto lucro líquido por lote de mil ações.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

### DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E DE 2000 (Em milhares de reais – R\$)

	2001	2000
<b>ORIGENS DOS RECURSOS</b>		
Das operações:		
Lucro líquido do exercício	76.950	53.003
Depreciação	62.843	62.888
Variação monetária/cambial – Longo prazo	118.032	105.346
Provisão para litígios e contingências	3.313	
Desativação de bens e direitos	4.318	1.191
Tributos e contribuições sociais diferidos a longo prazo	2.573	9.142
Contas a receber de longo prazo – revendedores	(110.133)	
Provisão para perdas no repasse de energia de Itaipu	7.517	
Outras		(1.500)
<b>Total originado das operações</b>	<b>165.413</b>	<b>230.070</b>
De terceiros –		
Transferência do realizável a longo prazo para o circulante	22.147	34.991
<b>Total das origens dos recursos</b>	<b>187.560</b>	<b>265.061</b>
<b>APLICAÇÕES DOS RECURSOS</b>		
Aquisições de direitos do imobilizado	27.218	17.741
Aquisições de direitos do diferido	10.285	
Dividendos propostos	66.439	11.278
Juros sobre o capital próprio	40.500	
Transferência do exigível a longo prazo para o circulante	83.385	68.896
<b>Total das aplicações dos recursos</b>	<b>227.827</b>	<b>97.915</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO</b>	<b>(40.267)</b>	<b>167.146</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DO AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO</b>		
<b>Ativo circulante:</b>		
No início do exercício	273.998	103.851
No fim do exercício	435.530	273.998
	<b>161.532</b>	<b>170.147</b>
<b>Passivo circulante:</b>		
No início do exercício	213.272	210.271
No fim do exercício	415.071	213.272
	<b>201.799</b>	<b>3.001</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO</b>	<b>(40.267)</b>	<b>167.146</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Continua...

De acordo com o permitido na Instrução CVM nº 319 e estabelecido no protocolo de incorporação, a reserva especial de ágio na incorporação, constante do patrimônio líquido da Tietê, será capitalizada em favor do acionista controlador, a AES Tietê Empreendimentos Ltda., à medida que o benefício fiscal for realizado, sendo que até 31 de dezembro de 2001 o benefício fiscal acumulado gerado e registrado foi de R\$ 34.382 (R\$ 13.524 até 31/12/2000), dos quais R\$ 21.636 (R\$ 12.456 até 31/12/2000) já foram efetivamente realizados financeiramente e poderão ser utilizados para aumento de capital.

### 3. ANÁLISES ECONÔMICO-FINANCEIRAS

#### a) Informações globais

A principal fonte de receita da Companhia é proveniente da venda de energia elétrica para empresas distribuidoras e comercializadoras (revendedoras). No exercício findo em 31 de dezembro de 2001, a Companhia vendeu aos seus seis principais revendedores um total de 11.363.245 MWh (não auditado), obtendo uma receita bruta de R\$ 764.574 (vide nota explicativa nº 18).

A Companhia mantém um quadro de 253 (duzentos e cinqüenta e três) funcionários, cuja despesa nesse exercício foi de R\$ 16.667, entre salários, encargos, benefícios assistenciais, planos previdenciários e outros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2001, as despesas operacionais apresentaram um aumento de 130%, se comparadas com o exercício de 2000, porém o resultado do serviço apresentou-se 0,1% superior ao verificado no exercício de 2000.

As receitas financeiras tiveram um crescimento de 44,1% no exercício findo em 31 de dezembro de 2001, quando comparadas com as de 2000, enquanto as despesas financeiras aumentaram em 1,9% no mesmo período.

#### b) Investimentos

Conforme regras estabelecidas no edital de privatização da Tietê, e ratificadas no contrato de concessão assinado em 20 de dezembro de 1999, a Companhia assumiu o compromisso de ampliar a capacidade do seu sistema gerador em 15% nos oito anos seguintes à data de assinatura desse contrato.

Seguindo a vocação da Companhia (atividade de geração), a Tietê vem estudando a viabilidade de modernização de suas unidades geradoras, e a ampliação de seu parque gerador através da construção de usinas térmicas, bem como de pequenas centrais hidroelétricas.

Em se tratando de impactos ao meio ambiente, a geração de energia limpa faz parte dos valores da Companhia e, dessa forma, vêm sendo desenvolvidos programas de reflorestamento e piscicultura, além de programas internos e externos de conscientização sobre meio ambiente.

#### c) Nível de endividamento

A Companhia tem um contrato de financiamento com a Eletrobrás, decorrente de débitos relacionados ao repasse de energia de Itaipu/Furnas. O saldo está sendo atualizado pela variação do IGP-M, acrescido de juros de 10% a.a., amortizado mensalmente e com vencimento final em 15 de maio de 2013 (vide nota explicativa nº 13).

A Companhia tem também dois empréstimos com a Fundação CESP, demonstrados na nota explicativa nº 21. O primeiro refere-se às retenções de reservas, com vencimento para 30 de novembro de 2005, cujos encargos são calculados com base na variação do custo atuarial do Plano de Suplementação de Aposentadoria e Pensão, ou pela variação da TR, acrescida de juros de 8% a.a., dos dois o maior.

O segundo trata-se de Contrato de Confissão de Dívida para financiamento de déficit atuarial, referente ao Benefício Suplementar Proporcional Saldado – BSPS, com vencimento final em 30 de novembro de 2017. O saldo desse contrato é atualizado pela variação do custo atuarial ou pela variação do IGP-DI acrescida de juros de 6% a.a., dos dois o maior.

#### d) Nível de eficiência

A tabela abaixo demonstra, comparativamente, os índices de falhas e de disponibilidade (%) verificados nas usinas nos últimos dois anos:

Usina	(Não auditado)			
	Índice de falhas 2001	Índice de falhas 2000	Índice de disponibilidade (%) 2001	Índice de disponibilidade (%) 2000
Barra Bonita	1,65	0,75	97,15	98,36
Bariri	0,54	2,69	82,87	96,86
Ibitinga	0,88	0,73	95,84	97,60
Promissão	2,89	1,68	93,54	98,45
Nova Avanhandava	3,14	2,26	95,79	93,38
Água Vermelha	1,6	0,76	98,76	97,89
Caconde	0,77	0,76	98,54	97,76
Euclides da Cunha	0,17	0,34	98,74	98,29
Limoeiro	0,06	2,19	98,68	98,45

(1) O índice de falhas é definido como (falhas \* 8.760) / (número de horas de operação).

(2) O índice de disponibilidade é definido como (nº de unidades geradoras \* 8.760 (-) número de horas anuais de manutenção preventiva (-) número de horas anuais de manutenção forçada) / 8.760 \* 100.

### 4. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia são elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária, disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e normas estabelecidas pelo poder concedente.

### 5. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

#### a) Práticas contábeis específicas do setor

Encargos financeiros e efeitos inflacionários – de acordo com o disposto nas Instruções Gerais nºs 35 e 36, do Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, os juros e demais encargos financeiros, incluindo os efeitos inflacionários e cambiais, relativamente aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados nesse subgrupo como custo.

Custos indiretos de obras em andamento – parte dos gastos da administração central é apropriada às imobilizações em curso. Essa apropriação é feita mensalmente e está limitada até 10% dos gastos diretos com pessoal e mão-de-obra de terceiros, apropriados às obras em curso.

Registro das operações de compra e venda de energia no Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE (curto prazo e energia livre) – as compras e as vendas são registradas pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas pela Administradora de Serviços do Mercado Atacadista de Energia Elétrica – ASMAE, entidade responsável pela apuração das transações de compra e venda realizadas no âmbito do MAE. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil, os valores são estimados pela administração da Companhia, utilizando-se de certas informações disponíveis no mercado.

#### b) Práticas contábeis gerais

Aplicações financeiras – são registradas ao valor do custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não excedem ao seu valor de mercado.

Revendedores – as contas a receber incluem os valores faturados e não faturados relativos ao suprimento de energia elétrica, contabilizados segundo o regime de competência.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa – é constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos.

Imobilizado – é registrado ao custo de aquisição ou de construção. A depreciação é calculada pelo método linear, por categoria de bem, às taxas anuais que variam entre 2,0% e 8,3% para os bens vinculados ao sistema de geração, 10% para móveis e utensílios e 20% para veículos.

Empréstimos, financiamentos e debêntures – são atualizados até a data do balanço pelo indexador determinado em cada contrato. A variação monetária, os juros e demais encargos são apropriados em despesas financeiras.

Provisões para litígios e contingências – são constituídas com base na avaliação de risco de perda sobre as ações em processo, embasadas em relatórios preparados pelos consultores jurídicos da Companhia.

Plano de suplementação de aposentadoria e pensão – os custos, as contribuições e o passivo atuarial são determinados, na data do balanço, por atuários independentes.

Contribuição social e imposto de renda – são calculados com base no lucro ajustado de acordo com a legislação aplicável. Para fins de determinação da exigibilidade é considerada a absorção de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável ajustado. A Companhia registra créditos fiscais sobre base negativa de contribuição social, prejuízos fiscais e provisões temporariamente não dedutíveis, conforme Deliberação CVM nº 273.

Lucro e dividendos por ação – são determinados considerando-se a quantidade de ações em circulação na data do balanço.

### 6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2001, a Companhia possui saldo de R\$ 171.957 (R\$ 158.432 em 2000) em aplicações financeiras de curto prazo (inferior a 90 dias), tendo como rentabilidade média a variação do dólar norte-americano (variação do CDI em 2000).

### 7. REVENDEDORES

	2001	2000
<b>Energia contratada</b>		
Elektro Eletricidade e Serviços S.A.	9.280	9.359
Bandeirante Energia S.A.	14.168	12.936
Companhia Piratininga de Força e Luz	9.105	12.232
CPFL – Companhia Paulista de Força e Luz	22.088	2.544
Empresa Elétrica Bragança S.A. – EEB	8.284	1.930
Companhia Nacional de Energia Elétrica S.A. – CNEE	6.082	39.001
Subtotal	69.007	168.997

#### Energia de curto prazo (1)

Furnas Centrais Elétricas S.A.	14.983	16.342
Gerasul Centrais Geradoras do Sul do Brasil	34	1.192
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc	500	392
Ceal – Centrais Elétricas de Alagoas	185	221
Celg – Centrais Elétricas de Goiás	205	200
Outros	171	250
Subtotal	16.078	18.597

**Energia livre – Parcela de curto prazo (2)** 105.478

**Total** 190.563 57.598

#### Energia livre – Parcela de longo prazo (2)

**Total** 104.693

(1) Energia de curto prazo inclui os valores faturados relativos ao suprimento para os revendedores de energia elétrica. O saldo a receber da energia de curto prazo de Furnas Centrais Elétricas S.A. está sendo negociado no âmbito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE e da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

(2) O saldo a receber de energia livre inclui a parcela estimada e disponibilizada pela Administradora de Serviços do Mercado Atacadista de Energia Elétrica – ASMAE em 13 de março de 2002 e a parcela adicional estimada pela administração da Companhia (vide nota explicativa nº 23).

### 8. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas com partes relacionadas referem-se ao suprimento de energia elétrica às empresas abaixo relacionadas:

	2001	2000
<b>Contas a receber – Revendedores:</b>		
<b>Energia contratada</b>		
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.	19.008	19.770
<b>Energia de curto prazo</b>		
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.	417	2
Light Serviços de Eletricidade S.A.	2	40
AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.	4	26
AES Uruguiana Empreendimentos Ltda.	26	4
Cia. Energética de Minas Gerais – Cemig	30	489
Subtotal	30	259
<b>Total</b>	19.038	20.259
<b>Receita operacional</b>		
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.	184.669	171.377
Light Serviços de Eletricidade S.A.	2	395
AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.	395	26
AES Uruguiana Empreendimentos Ltda.	26	5
Cia. Energética de Minas Gerais – Cemig	5	184.669
Subtotal	5	171.805
<b>Total</b>	184.669	171.805

Os volumes e preços das tarifas de compra e venda de energia elétrica são determinados pela Aneel.

### 9. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	2001	2000	Ativo	Passivo
<b>Circulante:</b>				
Imposto de renda e contribuição social diferidos –				
Diferenças temporárias	3.036	3.826		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	18.887	7.342		
Imposto de renda e contribuição social a recolher			7.158	1.169
PIS/COFINS a recolher			899	1.743
Outros				
<b>Total</b>	22.822	11.709	7.158	2.912
<b>Longo prazo:</b>				
Imposto de renda e contribuição social – Prejuízo fiscal e base negativa	77.652	75.442		
Imposto de renda e contribuição social diferidos –				
Diferenças temporárias	12.805	12.148		
<b>Total</b>	90.457	87.590		

a) Os tributos diferidos ativos representam os créditos fiscais compensáveis com lucros tributáveis futuros, calculados sobre prejuízos fiscais, provisões temporariamente não dedutíveis e sobre a base negativa da contribuição social. Em 31 de dezembro de 2001 e de 2000, os tributos diferidos identificados por origem estão assim compostos:

	2001	2000
<b>Ativo</b>		
<b>Circulante:</b>		
Provisão para readequação organizacional		210
Provisão para energia de curto prazo e energia livre		806
Provisão para perdas sobre repasse da energia de Itaipu	3.036	1.977
Outros		833
Total do circulante	3.036	3.826
<b>Longo prazo:</b>		
Provisão para contingências fiscais	3.807	2.132
Provisão para contingências trabalhistas	3.576	2.586
Provisão para perdas sobre repasse da energia de Itaipu	5.422	7.430
Base negativa de contribuição social – Anos anteriores	21.795	21.089
Prejuízo fiscal	55.857	54.353
Total do longo prazo	90.457	87.590
<b>Total</b>	93.493	91.416

A administração da Companhia, com base em seu orçamento previsto para os próximos exercícios, estima que esses créditos poderão ser realizados em até 5 (cinco) anos. A recuperação desses créditos está sendo periodicamente revisada, por ocasião de eventuais atualizações efetuadas no orçamento previsto.

b) O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas vigentes nas datas dos balanços. Os impostos diferidos relativos às diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são registrados nas contas patrimoniais. A seguir demonstramos a composição da base de cálculo e dos saldos desses impostos:

### 13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

O saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures é composto da seguinte forma:

	2001			2000				
	Encargos Circulante	Circulante	Principal Longo prazo	Total	Encargos Circulante	Circulante	Principal Longo prazo	Total
<b>Em moeda nacional</b>								
Debêntures (a1)	1.495	50.760	52.255					
Eletrobrás (a2)	5.057	58.228	1.155.151	1.218.436	4.460	47.906	1.101.051	1.153.417
Subtotal	5.057	58.228	1.155.151	1.218.436	5.955	98.666	1.101.051	1.205.672
<b>Em moeda estrangeira</b>								
Credit Suisse (a3)					5.795	56.711		62.506
<b>Total</b>	5.057	58.228	1.155.151	1.218.436	11.750	155.377	1.101.051	1.268.178

a1) Debêntures (quarta emissão), emitidas em duas séries, remuneradas pela variação da TR, acrescida de juros de 9% a.a., ou pela variação do custo atuarial do Plano de Suplementação de Aposentadoria e Pensão, dos

	2001		2000	
	IRPJ	CSSL	IRPJ	CSSL
Composição dos tributos no resultado:				
Diferido	(13.810)	(4.971)	(23.448)	(17.237)
<b>Total de tributos</b>	<b>(13.810)</b>	<b>(4.971)</b>	<b>(23.448)</b>	<b>(17.237)</b>
Demonstração do cálculo dos tributos:				
Resultado antes dos tributos	95.731	95.731	93.688	93.688
Juros sobre o capital próprio – TJLP	(40.500)	(40.500)		
Resultado total antes dos impostos	55.231	55.231	93.688	93.688
Adições (exclusões):				
Provisão para contingência				2.372
Outros	9	2	105	(1.363)
Subtotal	9	2	105	1.009
Base de cálculo	55.240	55.233	93.793	94.697
Alíquota 25% 9% 25% 9%				
Despesa com impostos às alíquotas nominais	(13.810)	(4.971)	(23.448)	(8.523)
Ajuste do exercício anterior (b1)				(6.184)
Mudança de alíquota (b2)				(2.530)
<b>Total</b>	<b>(13.810)</b>	<b>(4.971)</b>	<b>(23.448)</b>	<b>(17.237)</b>

(b1) Valores cindidos pela Companhia Energética de São Paulo – CESP em 31 de dezembro de 1998, sendo parte revertida em 2000 em virtude de fato de ser oriunda de resultados de anos anteriores a 1992 e, portanto, não ser passível de compensação com lucros futuros.

(b2) A Companhia alterou o percentual para cálculo da contribuição social sobre as provisões de longo prazo e base negativa de 9% para 8%, visto que a legislação em vigor trará a alíquota para esse percentual em 2002.

c) Demonstração da despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	IRPJ	CSSL	Total
Variação dos saldos dos tributos e contribuições diferidos:			
Prejuízo fiscal	1.504		1.504
Base negativa de contribuição social – anos anteriores		706	706
Diferenças temporárias sobre provisões	488	(621)	(133)
Subtotal	1.992	85	2.077
Benefício fiscal da amortização do ágio (nota explicativa nº 10)	(15.802)	(5.056)	(20.858)
<b>Total</b>	<b>(13.810)</b>	<b>(4.971)</b>	<b>(18.781)</b>

### 10. TRIBUTOS A RECUPERAR – CURTO E LONGO PRAZOS

Os tributos a recuperar referem-se ao benefício fiscal gerado pela incorporação do ágio da controladora pela Companhia, conforme descrito na nota explicativa nº 2. Os tributos a recuperar serão realizados no prazo máximo de 10 (dez) anos de acordo com a projeção dos resultados futuros da Companhia. A movimentação no exercício é a seguinte:

	2001		2000	
	Ágio	Provisão	Líquido	Líquido
Saldos oriundos da incorporação	808.303	(541.563)	266.740	266.740
Realizações até o final do exercício	(104.190)	69.808	(34.382)	(13.524)
<b>Saldos no final do exercício</b>	<b>704.113</b>	<b>(471.755)</b>	<b>232.358</b>	<b>253.216</b>
<b>Parcela de curto prazo</b>			<b>22.153</b>	<b>20.864</b>
<b>Parcela de longo prazo</b>			<b>210.205</b>	<b>232.352</b>

### 11. IMOBILIZADO

a) A composição dos saldos do ativo imobilizado é a seguinte:

	2001		2000	
	Valor	Líquido	Valor	Líquido
<b>Remuneração e encargos financeiros durante a construção</b>				
Custo corrigido				
Intangíveis	1.529	1	1.530	1.355
Terrenos	86.556	63.751	150.307	150.356
Reservatórios, barragens e adutoras	967.427	729.514	848.971	847.970
Edificações, obras civis e benfeitorias	211.637	168.431	227.361	152.707
Máquinas e equipamentos	307.319	267.648	3	

variação do IGP-M, acrescido de juros de 10% a.a., amortizado mensalmente, com vencimento final em 15 de maio de 2013.

a3) Contrato de financiamento com o banco Credit Suisse. O saldo está sendo atualizado pela variação do dólar, acrescido de juros de 13% a.a. Esse contrato de financiamento foi liquidado em 2 de abril de 2001.

O contrato formalizado entre a Tietê e a Eletrobrás estipula, como garantia dos valores vencidos e não pagos, que a receita própria da Companhia será passível de bloqueio em conta bancária, a qual poderá ser sacada, mediante outorga de procuração para os representantes dos credores. O contrato com o Banco Credit Suisse tem como garantia nota promissória emitida pela Companhia.

b) Em 31 de dezembro de 2001, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos, financiamentos e debêntures a longo prazo têm os seguintes vencimentos:

	2001	2000
2003	66.398	
2004	73.351	
2005	81.032	
2006	89.517	
Após 2006	844.853	
<b>Total</b>	<b>1.155.151</b>	

#### 14. OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	2001	2000
<b>Circulante:</b>		
Provisão para readequação organizacional		617
Provisão para perdas sobre repasse da energia de Itaipu (vide nota explicativa nº 18)	9.701	5.816
Instituto Criança Cidadã	1.437	1.850
Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo	273	273
Provisões diversas	857	393
<b>Total</b>	<b>12.268</b>	<b>8.949</b>

#### Longo prazo:

	2001	2000
Provisão para perdas sobre repasse da energia de Itaipu (vide nota explicativa nº 18)	16.429	22.515
Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo		273
Instituto Criança Cidadã		1.850
<b>Total</b>	<b>16.429</b>	<b>24.638</b>

Essas obrigações foram avaliadas pela administração da Tietê como suficientes e necessárias para suportar as exigências previstas no edital no contrato de compra e venda das ações.

#### 15. PROVISÕES PARA LITÍGIOS E CONTINGÊNCIAS

	2001	2000
Trabalhista (a)	10.837	7.837
PIS/Cofins (b)	15.229	8.308
Outros	18	18
<b>Total</b>	<b>26.084</b>	<b>16.163</b>

(a) Existem ações de natureza trabalhista interpostas contra a Tietê, cujos valores não foram fixados de forma definitiva. A administração, com base na opinião de seus consultores legais, considera os valores provisionados suficientes para absorver eventuais perdas.

(b) A Companhia questiona judicialmente a constitucionalidade da alteração referente ao aumento da alíquota da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS de 2% para 3%, instituída pela Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998. Enquanto não se obtém decisão final sobre a matéria, as parcelas discutidas estão sendo depositadas em juízo mensalmente, representando um saldo no ativo de R\$ 15.211 em 31 de dezembro de 2001 (R\$ 8.548 em 2000).

#### 16. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS

Referem-se às contribuições recebidas do consumidor para possibilitar a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica e sua eventual liquidação ocorrerá de acordo com determinações do Poder Concedente.

#### 17. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

##### a) Capital social

O capital social autorizado da Companhia é de R\$ 4.600.000 sendo R\$ 2.383.260 em ações ordinárias e R\$ 2.216.740 em ações preferenciais. O capital social integralizado no montante de R\$ 100.001, em 31 de dezembro, está representado por 48.541.652 ações ordinárias e 45.156.610 ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal. As ações preferenciais não têm direito a voto, são irredigíveis, no entanto têm prioridade no reembolso de capital e o direito a dividendos, não cumulativos, de 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias e direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes da capitalização de reservas e lucros em igualdade de condições com as ações ordinárias, com exceção da reserva especial de ágio que será objeto de capitalização em proveito do acionista controlador.

	2001	2000
<b>Reservas de capital</b>		
Doações e subvenções para investimento – CRC	207.415	207.415
Reserva especial de ágio na incorporação	266.740	266.740
Remuneração das imobilizações em curso – Capital próprio	85.444	85.444
Outras reservas de capital	2.204	2.204
<b>Total</b>	<b>561.803</b>	<b>561.803</b>

##### Reservas de lucros

Reserva para retenção de lucros		33.836
Reserva legal	6.221	2.374
<b>Total</b>	<b>6.221</b>	<b>36.210</b>

##### b) Dividendos propostos

Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76). O lucro líquido ajustado que serviu de base para cálculo dos dividendos é assim apresentado:

	2001	2000
Lucro líquido do exercício	76.950	53.003
Absorção de prejuízo acumulado		(5.515)
(-) Constituição de reserva legal	(3.847)	(2.374)
Reversão da reserva para retenção de lucros	33.836	
Lucro líquido ajustado	106.939	45.114

##### Forma de distribuição

a) Juros sobre capital próprio:		
Ações preferenciais	20.483	
Ações ordinárias	20.017	
<b>Total</b>	<b>40.500</b>	

##### Valor dos juros por lote de mil ações:

Preferenciais	0,45	
Ordinárias	0,41	

##### b) Dividendos:

Ações preferenciais	33.602	5.704
Ações ordinárias	32.837	5.574
<b>Total</b>	<b>66.439</b>	<b>11.278</b>

##### Valor do dividendo por lote de mil ações:

Preferenciais	0,75	0,13
Ordinárias	0,68	0,11

A administração da Companhia irá submeter à aprovação de Assembleia Geral o pagamento da totalidade do lucro líquido ajustado, visto que foram efetuados investimentos no montante de R\$ 27.218 no ano de 2001 e conforme parecer de empresa de consultoria especializada, não mais haverá necessidade de se efetivar investimentos elevados em segurança de barragens.

#### 18. SUPRIMENTO, COMPRA E TRANSPORTE DE ENERGIA ELÉTRICA

	2001		2000	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Geração própria/ outras	11.363.245	554.403	11.384.064	521.978
Energia livre		210.171		
<b>Total</b>	<b>11.363.245</b>	<b>764.574</b>	<b>11.384.064</b>	<b>521.978</b>
Energia elétrica comprada:				
Itaipu – Revenda	247.873	22.023	281.935	15.409
Energia livre e energia de curto prazo		234.198		
CTEEP	16.584	15.959		
Comercialização de curto prazo				102
<b>Total</b>	<b>247.873</b>	<b>272.805</b>	<b>281.935</b>	<b>31.470</b>

(\*) Não passível de auditoria.

A Tietê está comprando uma média mensal de 36 MW da Itaipu, para suprir algumas distribuidoras. Essa compra não se caracteriza como repasse de energia da Itaipu, o que obriga a Tietê e efetuar a compra com preço estipulado em dólar norte-americano e a venda com as tarifas em reais, gerando um prejuízo mensal de aproximadamente R\$ 800. A Companhia possui uma provisão para as perdas sobre o repasse de energia de Itaipu, no montante de R\$ 26.130 (vide nota explicativa nº 14).

#### 19. PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

Conforme Acordo Coletivo de trabalho celebrado entre a Companhia e o Sindicato representativo dos trabalhadores, está previsto o pagamento de uma verba para cada empregado, a título de Participação nos Lucros e Resultados, condicionada ao cumprimento de metas técnicas, financeiras e de segurança, acordadas entre as partes.

A Companhia antecipou em outubro de 2001, o montante de R\$ 353 correspondente a um adiantamento da verba mencionada, e o pagamento do saldo remanescente está previsto para abril de 2002, valor este a ser calculado de acordo com os critérios estabelecidos nesse acordo. A Companhia registrou a título de provisão para pagamento dos bônus o montante de R\$ 380.

#### 20. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2001, o patrimônio estava coberto por apólices de seguro de responsabilidade civil, bens patrimoniais e lucro cessante, conforme a sua natureza e grau de risco.

#### 21. PLANO DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO

**Plano de benefícios de aposentadoria e pensão**  
A Tietê patrocina um plano de benefícios de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social. O plano tem como característica principal o modelo misto, composto de 70% como benefício definido (BD) e 30% como contribuição definida (CD).

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes em 31 de dezembro de 2001, seguindo os critérios determinados pela Deliberação CVM nº 371, não existem passivos adicionais a serem reconhecidos na data do balanço patrimonial da Tietê, exceto aqueles já reconhecidos na forma da confissão de dívida ou empréstimo relativo às retenções de reservas, cujos contratos foram assinados antes da privatização da Companhia, cujos saldos estão detalhados como "Operações financeiras com a Fundação CESP".

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2001 são os seguintes:

	2001	2000
Valor presente das obrigações atuariais	84.541	
Valor justo dos ativos do plano	(52.209)	
Obrigações descobertas	32.332	
Perda atuarial já reconhecida	1.041	
<b>Passivo reconhecido no balanço patrimonial (*)</b>	<b>33.373</b>	

(\*) Esse montante está equacionado financeiramente através de contratos de confissão de dívida assinados antes da privatização da Companhia.

#### Operações financeiras com a Fundação CESP

As operações financeiras com a Fundação CESP (entidade administradora dos planos de benefícios), registradas no passivo circulante e exigível a longo prazo, estão resumidas conforme segue:

	2001			2000		
	Circulante	Longo prazo	Total	Circulante	Longo prazo	Total
Fundação CESP II (a1)	2.734	7.975	10.709	1.094	9.786	10.880
Fundação CESP III (a2)	1.353	21.311	22.664	1.368	23.173	24.541
<b>Total</b>	<b>4.087</b>	<b>29.286</b>	<b>33.373</b>	<b>2.462</b>	<b>32.959</b>	<b>35.421</b>

a1) Empréstimos referentes às retenções de reservas, com vencimento final para 30 de novembro de 2005, cujos encargos são calculados com base na variação do custo atuarial do Plano de Suplementação de Aposentadoria e Pensão dos Empregados da Companhia ou na variação da TR, acrescida de juros de 8% a.a., dos dois aplica-se o maior, sendo estes incorporados mensalmente ao valor do principal.

a2) Contrato de Confissão de Dívida para financiamento de déficit atuarial, referente ao Benefício Suplementar Proporcional Saldado – BSPS, com vencimento final em 30 de novembro de 2017. O saldo desse contrato é atualizado pela variação do custo atuarial, ou pela variação do IGP-DI, acrescida de juros de 6% a.a., dos dois aplica-se o maior.

#### Contribuições efetuadas à Fundação CESP

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado do exercício são os seguintes:

	2001	2000
Contribuição como patrocinadora	1.421	3.424
Amortização de reservas a amortizar	4.597	4.339
Subtotal	6.018	7.763
Programas assistenciais	2.284	2.569
<b>Total</b>	<b>8.302</b>	<b>10.332</b>

#### Premissas atuariais:

As principais premissas atuariais em 31 de dezembro de 2001 para determinação das obrigações atuariais são as seguintes:

Taxa de desconto	6% a.a.
Taxa de retorno esperada sobre os ativos (investimento) dos planos	12% a.a.
Taxa de crescimento salarial futuro	3% a.a.
Taxa de reajuste de benefícios	0% a.a.
Taxa da inflação esperada	3% a.a.

#### 22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações da Companhia compreendem a geração, a compra e a venda de energia elétrica para companhias distribuidoras. As vendas em quase sua totalidade são efetuadas através dos denominados "contratos iniciais", assinados em período anterior ao da privatização da Companhia, que determinam a quantidade e o preço de venda da energia elétrica. O valor da tarifa é reajustado anualmente pela variação do IGP-M. Eventuais diferenças entre a quantidade de energia gerada e o somatório das quantidades vendidas através de contratos (faltas ou sobras) são ajustadas através das regras de mercado e liquidadas no mercado de curto prazo (MAE). Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia podem ser assim enumerados:

a) Risco de crédito: as vendas de energia efetuadas com base nos contratos iniciais estão garantidas pelos recebíveis das companhias distribuidoras, tendo a Companhia o direito de requerer o bloqueio das contas bancárias de seus clientes (revendedores) até a recuperação do valor total a receber.

b) Risco de preço: o preço da energia elétrica vendida para as distribuidoras está, atualmente, no nível dos preços determinados nos contratos iniciais. Eventuais sobras ou faltas de energia em relação às quantidades determinadas nos contratos iniciais terão o seu preço determinado no mercado de curto prazo (MAE). Essas sobras ou faltas em condições normais representam cerca de 3% do total da energia vendida.

#### Instrumentos financeiros no balanço patrimonial

As aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2001, foram efetuadas em fundos com liquidez imediata e estão ajustadas pelo valor das quotas desses fundos em 31 de dezembro de 2001.

Os empréstimos e financiamentos referem-se a empréstimo concedido pela Eletrobrás atualizado pela variação do IGP-M, com juros de 10% a.a. e com vencimento para 15 de maio de 2013. Em razão da inexistência de um mercado ativo de empréstimos com condições similares ao mencionado, não foi possível determinar um valor justo para esse instrumento financeiro. As obrigações com a Fundação CESP referem-se a contrato de empréstimo relativo às retenções de reserva, com vencimento final para 30 de novembro de 2005, atualizados pela TR + 8% a.a. ou custo atuarial, dos dois o maior, e contrato de confissão de dívida para financiamento do déficit atuarial, com vencimento final em 30 de novembro de 2017, atualizado pela variação IGP-DI + 6% a.a. ou custo atuarial, dos dois o maior. Em virtude da inexistência de um mercado ativo de empréstimos com condições similares ao mencionado, não foi possível determinar um valor justo para esse instrumento financeiro.

#### 23. ACORDO GERAL DO SETOR ELÉTRICO

Pela Medida Provisória nº 2.198, de 24 de agosto de 2001, foi criado o Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica. Esse programa tem por objetivo compatibilizar a demanda de energia com a oferta, a fim de evitar interrupções intempestivas ou imprevisíveis do suprimento de energia. Em média, a redução de energia prevista por esse programa foi de 20% em relação ao consumo verificado nos meses de maio, junho e julho de 2000. Esse programa vigorou de 4 de junho de 2001 até 1º de março de 2002, data em que o governo considerou normalizada a situação hidrológica. Na região norte o programa foi suspenso a partir de janeiro de 2002.

Em consequência dessa redução forçada da demanda pela intervenção do Estado, as empresas concessionárias de energia elétrica, tanto geradoras como distribuidoras, tiveram redução de suas margens de lucro, pois as estruturas físicas dessas empresas, bem como a de pessoal, não podem ser reduzidas na proporção da redução de consumo prevista naquele programa. Assim, ficaram mantidos os custos fixos e encargos de financiamentos sem a correspondente receita.

Além do programa de redução de consumo, as empresas distribuidoras têm vários pleitos com a Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, visando à recomposição do denominado "equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão", pois ocorreram vários eventos que, no entender das empresas, resultaram no desequilíbrio econômico-financeiro desses contratos.

Em dezembro de 2001, para solucionar a questão, o governo e as empresas de energia elétrica firmaram o Acordo Geral do Setor Elétrico com as concessionárias distribuidoras e as geradoras de energia elétrica sobre o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos existentes e a recomposição de receitas relativas ao período de vigência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica (Programa Emergencial).

Entre as principais resoluções aprovadas através da Medida Provisória nº 14, de 21 de dezembro de 2001, destacamos aquelas diretamente relacionadas com as concessionárias geradoras:

a) As concessionárias distribuidoras alcançadas pela recomposição tarifária extraordinária deverão pagar às geradoras, durante o período de vigência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, os valores dos contratos iniciais e equivalentes, com redução proporcional àquela aplicada às concessionárias distribuidoras. Essa redução foi de 2,3 %, conforme informação fornecida pela Aneel.

b) Para eliminação de reprodução de controvérsia relativa à recompra de excedentes de contratos iniciais e equivalentes, inclusive ao denominado Acordo de Recompra, a parcela das despesas com a compra de energia no âmbito do MAE, realizadas até dezembro de 2002, decorrentes da redução da geração de energia elétrica nas usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e consideradas nos denominados contratos iniciais e equivalentes, será repassada aos consumidores atendidos pelo Sistema Elétrico Interligado Nacional; bem como relativa à aplicação do Anexo V dos contratos iniciais, será firmado por concessionárias distribuidoras e geradoras, como condição necessária para a homologação pela Aneel do montante referente à recomposição tarifária extraordinária da receita no racionamento, termo aditivo aos contratos iniciais e equivalentes, assim definidos em Resolução da Aneel, que incluirá a fórmula substitutiva a esse Anexo V.

c) A parcela das despesas com a compra de energia no âmbito do MAE (energia livre), realizadas até dezembro de 2002, decorrentes da redução da geração de energia elétrica nas usinas participantes do MRE e consideradas nos denominados contratos iniciais equivalentes, será repassada aos consumidores atendidos pelo Sistema Elétrico Interligado Nacional.

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2001 contemplaram os seguintes ajustes decorrentes do Acordo:

	R\$
Complemento de receita dos contratos iniciais	50.790
Custo da compra de energia livre – MAE no período de junho a dezembro	(218.063)
Custo da compra de energia livre e recompra da sobre de contrato no MAE em maio de 2001	(16.135)
Redução da receita pela aplicação do Anexo V no mês de maio	(2.299)
Recuperação de parte do custo de energia livre adquirida do MAE	157.039
Recuperação adicional (ressarcimento) da compra de energia livre	53.132
<b>Total dos efeitos antes dos impostos (receita)</b>	<b>24.464</b>
Imposto de renda e contribuição social	(8.314)
<b>Total dos efeitos – líquidos dos impostos (receita)</b>	<b>16.146</b>

Os valores relativos a parcela de energia livre a ser reembolsada pelas empresas distribuidoras foram registrados originalmente pela Companhia com base na estimativa oficial disponibilizada pela ASMAE em 13 de março de 2002. Como essa estimativa apresentou divergência de valores decorrente de controvérsia existente sobre a interpretação desse Acordo entre a maioria das empresas geradoras e a Aneel, a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, em reunião realizada em 20 de março de 2002, concordou com as empresas geradoras em proceder a realanse técnica e comercial desse Acordo e divulgar suas conclusões para solução dessas controvérsias até 25 de abril de 2002. A administração da Companhia, por entender que sua interpretação do Acordo é a mais apropriada, decidiu, em 31 de dezembro de 2001, registrar como receita adicional, no resultado do exercício, sua estimativa, a qual corresponde a informação disponibilizada pela ASMAE em 21 de março de 2002. A ASMAE somente disponibilizou esses valores de ressarcimento para efeitos de informação.

O BNDES aprovou linha de crédito para financiamento de parte (90%) do custo com a compra adicional de energia livre no MAE. Após a definição dos valores pelo MAE, a Companhia irá pleitear o financiamento nos termos do Acordo Geral do Setor Elétrico.

O recebimento das contas a receber com os revendedores referente ao repasse da energia livre é previsto em 3 (três) anos.

#### 24. INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES

a) Demonstração do fluxo de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2001 e de 2000:

	2001	2000
Lucro líquido do exercício:	76.950	53.003
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:		
Depreciação	62.843	62.888
Variação monetária/cambial	115.010	123.791
Juros sobre empréstimos	(6.693)	893
Provisão para litígios e contingências	3.313	5.151
Desativação de bens e direitos	4.318	1.191
Tributos e contribuições sociais diferidos	18.781	40.685
Variações no ativo circulante e realizável a longo prazo		
Revendedores	(237.658)	(26.812)
Contas receber de partes relacionadas	1.221	(2.600)
Tributos e contribuições sociais	(11.903)	430
Almoarifado	34	(124)
Outros créditos	(4.342)	(1.267)
Despesas pagas antecipadamente	226	(106)
Variações no passivo circulante		
Fornecedores	232.671	2.164
Folha de pagamento	36	2.594
Tributos e contribuições sociais	4.246	1.834
Obrigações estimadas	3.319	(48.032)
Encargos do consumidor a recolher	254	601
Variações no exigível a longo prazo		
Obrigações estimadas	(8.209)	(6.968)
<b>Total das atividades operacionais</b>	<b>254.4</b>	

...Continuação

**AES TIETÊ S.A. – CNPJ/MF nº 02.998.609/0001-27 – NIRE nº 35300170555 – Companhia Aberta**

	2001	2000		2001	2000
(=) Valor adicionado bruto	425.954	426.111	Financiadores		
(-) Quota de reintegração	62.843	62.888	Despesas financeiras	123.054	131.502
(=) Valor adicionado líquido	363.111	363.223	Variações monetárias e cambiais – líquidas	128.935	115.855
(+) Valor adicionado transferido				<b>251.989</b>	<b>247.357</b>
Receitas financeiras	28.382	19.692	Acionistas		
<b>(=) Valor adicionado a distribuir</b>	<b>391.493</b>	<b>382.915</b>	Prejuízos acumulados		5.515
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>			Remuneração do capital próprio	40.500	
Pessoal:			Dividendos	66.439	11.278
Remunerações	9.816	13.597	Lucros retidos	(29.989)	36.210
Encargos sociais (exceto INSS)	1.866	2.415		<b>76.950</b>	<b>53.003</b>
Entidade de previdência privada	(3.213)	1.202	<b>Valor adicionado distribuído</b>	<b>391.493</b>	<b>382.915</b>
Auxílio alimentação/vale transporte	795	1.113			
Indenizações	306	(444)			
Provisões e outros	1.118	(550)			
Assistência médica	2.178	2.492			
Participação nos resultados	1.639	629			
	<b>14.505</b>	<b>20.454</b>			
Governo					
PIS/COFINS	27.106	19.807			
INSS	2.162	1.609			
Imposto de Renda e Contribuição Social	18.781	40.685			
	<b>48.049</b>	<b>62.101</b>			

## 25. MUDANÇA DE PRÁTICA CONTÁBIL

Encontra-se em audiência pública minuta de Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, a qual, se aprovada virá a alterar a prática contábil relacionada com o registro de ativo fiscal diferido decorrente de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

A Administração está aguardando a edição final desse documento quando só então poderá avaliar os possíveis reflexos sobre sua situação patrimonial e financeira.

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**LUIZ DAVID TRAVESSO**  
Presidente  
**DEMÓSTENES BARBOSA DA SILVA**  
Vice-Presidente  
**DAVID TRAVESSO NETO**  
**ELENA LANDAU**  
**SILVIA VIANA PANNUTI**  
**LUIZ CRUZ SCHNEIDER**  
**JOSÉ MARIA JUNQUEIRA SAMPAIO MEIRELLES**  
**ANDREA CRISTINA RUSHMANN**  
**WILSON MARQUES DE ALMEIDA**

## DIRETORIA

**LUIZ DAVID TRAVESSO**  
Presidente  
**DEMÓSTENES BARBOSA DA SILVA**  
Vice-Presidente  
**PAULO ROBERTO DUTRA**  
Diretor-Financeiro e de Relações com Investidores  
**MAURICIO CAOBIANCO DE FREITAS**  
Contador – CRC 1SP090676/O-8

## PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da AES Tietê S.A. – São Paulo – SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais da AES Tietê S.A., levantados em 31 de dezembro de 2001 e de 2000, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2001 e de 2000, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Conforme mencionado na nota explicativa nº 23 às demonstrações contábeis, a Companhia registrou, como receita do exercício, findo em 31 de dezembro de 2001, o montante de R\$ 53.132 mil, correspondente à diferença

entre sua estimativa de ressarcimento de energia livre e a estimada e disponibilizada pela Administradora do Mercado Atacadista de Energia Elétrica – ASMAE. A estimativa da Companhia é baseada na sua interpretação dos termos do Acordo Geral do Setor Elétrico sobre esse assunto. Tal interpretação está sendo analisada pela Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica até 25 de abril de 2002, quando, só então, estará solucionada a questão. As práticas contábeis brasileiras caracterizam esse assunto como um ativo contingente, não passível de registro contábil; tal entendimento também está expressado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel. Conseqüentemente, em 31 de dezembro de 2001, o ativo circulante está aumentado em R\$ 53.132 mil, e o patrimônio líquido e o lucro líquido do exercício estão aumentados em R\$ 35.067 mil, líquidos dos efeitos tributários. O lucro líquido por lote de mil ações está aumentado em R\$ 0,37.

4. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos do assunto mencionado no parágrafo 3, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AES Tietê S.A. em 31 de dezembro de 2001 e de 2000, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis

emanadas da legislação societária brasileira.

5. As informações suplementares contidas na nota explicativa nº 24, referentes às demonstrações do valor adicionado e dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2001 e de 2000, são apresentadas com o propósito de permitir análises adicionais e não são requeridas como parte das demonstrações contábeis básicas. Essas informações foram por nós examinadas de acordo com os procedimentos de auditoria mencionados no parágrafo 2 e, em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos do assunto mencionado no parágrafo 3, estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

6. Conforme mencionado na nota explicativa nº 23, os impactos decorrentes do Acordo Geral do Setor Elétrico consubstanciado pela Medida Provisória nº 14, de 21 de dezembro de 2001, foram contemplados nas demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1; tal Medida Provisória está em processo de tramitação no Congresso Nacional.

São Paulo, 22 de março de 2002

**Deloitte Touche Tohmatsu**  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

**Iara Pasian**  
Contadora  
CRC nº 1 SP 121517/O-3